

CORÉIA DO SUL: UM MODELO DE CAPITALISMO ORGANIZADO

Ernani Teixeira Torres Filho*

O Sudeste da Ásia é hoje uma região que reúne alguns dos países que mais se expandiram economicamente no pós-guerra. Dentre esses, o Japão é o caso mais antigo e de maior importância. Seu processo de crescimento iniciou-se antes dos demais e já em 1968 os japoneses superavam os europeus como a segunda potência do mundo capitalista.

Apesar disso, somente nos anos 80 os países ocidentais, em particular os Estados Unidos, despertaram para o verdadeiro desafio que o Japão lhes impunha. Graças a seus produtos de alta tecnologia e elevada qualidade a preços competitivos, os japoneses tornaram-se imbatíveis no comércio internacional, acumulando crescentes superávits com o exterior. Mesmo após a abrupta valorização do iene — sua paridade frente ao dólar passou de 240, em 1985, para cerca de 120 em 1987 —, o desequilíbrio comercial do Japão não deu sinais de reversão. Em 1987, suas exportações superaram as importações em US\$ 96,4 bilhões, dos quais US\$ 52,1 bilhões apenas com os Estados Unidos.

Em busca de respostas para esse aparente paradoxo, os norte-americanos depararam-se com a existência, no Japão, de formas extremamente originais de organização empresarial. Há um relativo consenso, hoje, de que o cerne do "desafio" japonês e, em certa medida, de outros países asiáticos reside não nos salários baixos ou nas práticas mercantilistas, mas no surgimento de um novo padrão de capitalismo em que a concorrência é potencializada pelas ações coordenadas entre o Estado e as empresas, entre as empresas dos grandes conglomerados econômicos e, no âmbito das fábricas, entre os trabalhadores e os gerentes.

O "susto" japonês fez com que norte-americanos e europeus passassem a olhar com maior preocupação o desempenho de um grupo de pequenas nações do Sudeste da Ásia que se haviam industrializado recentemente. Apesar de só terem em comum o rápido crescimento e elevado coeficiente de exportações e importações, Cingapura, Hong-Kong, Coréia do Sul e Taiwan foram rotulados de *Ti-*

* Professor da Faculdade de Economia e Administração e do Instituto de Economia Industrial da UFRJ.

gres ou NICs asiáticos e vêm sendo tratados como se fossem quatro casos de um mesmo padrão de desenvolvimento. Ora, os dois primeiros são cidades-Estado com uma tradição secular de portos livres. Já Taiwan e Coréia, países divididos pela guerra fria e em permanente ameaça de serem invadidos pelos vizinhos socialistas, foram resultado de um enorme esforço de acumulação nacional.

Do ponto de vista da experiência brasileira de industrialização, o caso coreano é, entre os NICs asiáticos, o mais interessante. Em nenhum outro Tigre foi levado tão longe o sonho do rompimento com um passado de subdesenvolvimento através de um processo de rápida industrialização, sob o comando do Estado nacional.

Para se ter um idéia preliminar do que é a Coréia do Sul, é preciso ter presente que se trata de um país de dimensões reduzidas (cem mil quilômetros quadrados) onde se concentram pouco mais de 40 milhões de pessoas. Em 1986, seu Produto Nacional Bruto (PNB) foi de US\$ 100 bilhões, menos da metade do brasileiro.

A característica mais notável da economia coreana foi seu rápido e quase ininterrupto crescimento nos últimos 25 anos. Desde o golpe militar de 1961, a Coréia vem crescendo a 8,5% ao ano, o que permitiu que sua renda *per capita* saltasse de US\$ 87 em 1962, nível inferior ao da Bolívia nesse ano, para US\$ 2.150 em 1985, um padrão idêntico ao da Argentina e superior ao do Brasil.

É verdade que esse tipo de comparação não leva em conta que, nos anos 80, as economias latino-americanas estagnaram, enquanto a Coréia continuou crescendo aceleradamente. Mesmo assim, a rapidez com que se deu a elevação da renda *per capita* desse país quase não encontra paralelo na história recente do capitalismo.

Além disso, tudo indica que essa trajetória tenderá a se manter no futuro, fazendo com que as perspectivas da Coréia para o ano 2000 sejam excelentes. Estima-se que, até essa data,

o país alcançará um padrão de vida em torno de US\$ 5 mil *per capita*, idêntico ao de nações como a Espanha e a Irlanda. Infelizmente, o mesmo otimismo não está marcadamente presente nos cenários traçados para o Brasil. Espera-se, em geral, um futuro de baixo crescimento ou de estagnação continuada.

O crescimento coreano acelerado foi resultado de um vigoroso processo de industrialização. Seu setor manufatureiro expandiu sua produção em quase 20%, ao ano, ao mesmo tempo em que complexificou, cada vez mais, sua estrutura, internalizando segmentos de maior densidade tecnológica. A Coréia é, por exemplo, o único país do Terceiro Mundo que já exporta chips eletrônicos fabricados com tecnologia própria.

A industrialização coreana deu-se em três etapas. A primeira, que vai de 1963 a 1972, foi caracterizada pela ênfase nos setores de bens de consumo não-duráveis – têxteis, calçados etc. –, voltados, em boa medida, para as exportações. A segunda, que se estendeu de 1973 a 1979, caracterizou-se pela montagem de segmentos da indústria pesada que incluem aço e petroquímica, máquinas e equipamentos pesados, automobilística, eletrônica, naval etc.

Finalmente, nos anos 80, a ênfase centrou-se na geração autônoma de tecnologia de ponta. Foram montados vários institutos de pesquisa e as empresas passaram a desenvolver grandes programas, especialmente na micro-eletrônica. Atualmente, a Coréia já investe 2% de seu PNB em ciência e tecnologia – mais do que o dobro do Brasil –, porcentagem que deverá chegar a 2,6% na próxima década, nível semelhante ao dos países europeus mais avançados.

Todo esse esforço teve inicio com o governo militar que se estabeleceu após o golpe de 1961. Decidiu-se, então, implantar uma nova política econômica que tinha, em princípio, quatro objetivos básicos: rápido crescimento, a partir da industrialização; apoio ao capital privado nacional, restringindo fortemente as possibilidades de investimento direto estrangeiro; estímulo à inserção na economia inter-

nacional, tanto do ponto de vista comercial quanto financeiro; e manutenção de relativa equidade na distribuição da renda nacional.

No que se refere ao crescimento, o Estado mobilizou, com essa finalidade, todos os instrumentos de que dispunha. Foi elaborado um plano de desenvolvimento nacional com claros objetivos setoriais. O sistema financeiro, então recém-nacionalizado, abriu linhas de crédito especiais para as indústrias priorizadas. Além disso, as empresas que investissem nos setores visados obtinham preferência na aquisição de divisas para importar seus equipamentos.

Entretanto, o instrumento de política industrial mais importante de todo esse processo foi a capacidade de comando e de implementação do Estado coreano. Em última instância, as empresas que não cooperassem podiam ser simplesmente levadas à falência e seus proprietários ameaçados de processo por enriquecimento ilícito. Como as Forças Armadas eram a base política do regime, o governo não necessitava do apoio direto da classe capitalista para manter-se no poder. Precisava, sim, do sucesso de seu programa de desenvolvimento-crescimento para obter legitimidade popular.

Apesar de o governo ter sido o agente dominante no capitalismo coreano, não foi comum a existência de desavenças entre a burocracia pública e os empresários. Pelo contrário, foi implantada uma sistemática de permanente negociação entre as duas partes, apoiada na busca do consenso. Esse processo deu-se, em geral, em bases mais harmônicas do que conflituosas, o que, aliás, é uma das principais características dos capitalismos asiáticos bem-sucedidos.

Por causa do forte sentimento nacionalista e da permanente aliança entre o Estado e o capital nacional, as empresas estrangeiras tiveram muito limitadas suas possibilidades de investimento direto na Coréia. A participação das firmas internacionais no setor manufatureiro coreano é muito inferior à que se verifica em outros NICs asiáticos e latino-americanos. Em meados dos anos 70, essa participação atingia, na Coréia, apenas 11%, enquanto no

Brasil e em Cingapura alcançava 44 e 83%, respectivamente (ver Quadro 1).

QUADRO 1

Coréia – Participação de firmas estrangeiras na manufatura

PAÍS	PARTICIPAÇÃO %	PERÍODO
Brasil	44	1976-78
México	39	1970
Coréia	11	1975
Cingapura	83	1978

Fonte: UNCTC, citado em W. Fritsch e G. Franco, "Foreign direct investment and patterns of Industrialization and trade in developing economies", mimeo, 1988.

Com relação às empresas públicas, a situação coreana é similar à de países como a Índia e supera às da Itália e da Inglaterra nos anos 60. A maior parte do setor estatal é composto por empresas da área financeira. Além disso, o Estado também é responsável por 66% dos setores de eletricidade, água e esgoto, 31% da mineração e 30% dos transportes e das comunicações. Na manufatura, essa relação reduz-se a 15% – mesmo assim, mais do que a participação estrangeira nesse setor.

Fica, assim, evidenciado que a maior parte da indústria coreana – mais de 70% – ainda é controlada pelo capital privado nacional. Esse segmento, que constituiu o *locus* básico do processo de acumulação de capital na Coréia, apresenta características muito particulares do ponto de vista da concentração e de sua forma de organização. Em 1970, as 50 maiores firmas – os *chaebol* – controlavam 30,3% das vendas do setor manufatureiro. Em 1982, respondiam por 37,5% desse total. São níveis muito elevados internacionalmente. O Japão, por exemplo, apresentava índices de 27,3% em 1980, enquanto outros NICs limitavam-se a 20%.

Graças a esse nível tão elevado de concentração e ao rápido crescimento da economia coreana, os *chaebol* galgaram rapidamente o ranking das 500 maiores empresas do mundo. A Samsung, maior grupo da Coreia, ocupava, em 1985, o 42º lugar, acompanhada de perto pela Hyundai, segundo maior *chaebol*, que atingiu, nesse mesmo ano, o 44º lugar. A título de comparação, a maior empresa privada brasileira, a Votorantim, não tinha, nesse ano, porte suficiente para figurar na mesma lista.

Como foi possível a um grupo tão pequeno de empresas crescer tão rapidamente? Os principais fatores de explicação estão, de um lado, na natureza e na rapidez do processo de industrialização e, de outro, no acesso privilegiado ao crédito que, no âmbito de programas governamentais de investimento, foi dado a um grupo reduzido de empresas. Empréstimos internos e externos foram tornados fáceis e baratos para as firmas que seguissem os objetivos e as metas do governo.

Do ponto de vista organizacional, os *chaebol* são grupos empresariais sob estrito controle familiar. No topo de cada grupo encontra-se o *hoejang* ou presidente do conselho (*chairman*). Ele é um empresário por excelência. Fundou ou comprou a empresa que originou o grupo e, posteriormente, quando esta já havia crescido e se afirmado no mercado, colocou um familiar em sua direção e passou a dedicar-se a um novo negócio. Essa estratégia repetiu-se continuamente até que se formasse um grupo diferenciado de empresas cujo controle acionário permanecia nas mãos dos *hoejang* ou destes em conjunto com seus parentes. Numa segunda fase, formou-se uma *holding*, sob controle familiar, e a administração direta das empresas foi sendo passada para gerentes tecnicamente qualificados.

Um outro aspecto importante da experiência coreana diz respeito à natureza estruturalmente deficitária de sua economia em relação ao exterior. Nos primeiros anos de pós-guerra, a ajuda direta dos Estados Unidos foi responsável pelo financiamento do grosso das im-

portações do país. Isso decorreu do fato de a Coreia ocupar uma área de enorme importância estratégica e política para o sistema de defesa norte-americano. Apesar do armistício de 1953, a tensão em suas fronteiras faz com que permaneça, até hoje, estacionado no país o maior contingente de tropas norte-americanas fora dos Estados Unidos.

Esse déficit comercial estrutural diferencia muito a experiência coreana daquela vivenciada por outros países que também apresentaram rápido crescimento no pós-guerra. O Brasil e outros países latino-americanos, por exemplo, tomaram a industrialização como um caminho de autonomização de seu crescimento frente ao exterior, buscando, assim, romper com o subdesenvolvimento e, por conseguinte, com a natureza reflexa e dependente de suas economias para com a dos países centrais. O objetivo era, então, usar a demanda interna e as divisas geradas pelo setor primário exportador para passar a produzir, para seus mercados nacionais protegidos, bens manufaturados antes importados. Previa-se que essa trajetória geraria maior e mais estável taxa de crescimento, mais intensa urbanização e tendência ascendente dos salários reais. Era, portanto, um programa de modernização a partir de uma nova inserção internacional, especialmente do lado das importações. Nesse contexto, o investimento direto estrangeiro, caso não viesse explorar riquezas naturais, era considerado bem-vindo, uma vez que trazia capital e divisas, além de experiência empresarial e fabril.

Para os coreanos, obter, de imediato, um ajuste de suas contas comerciais significava reduzir demasiadamente a renda interna, comprometendo, assim, os já baixíssimos níveis de renda *per capita*. Era inconcebível pensar em financiar integralmente as importações com exportações, dado o baixo valor absoluto das vendas ao exterior.

Entretanto, as mudanças que se operaram no sistema financeiro internacional privado abriram aos coreanos novas perspectivas de financiamento externo. Tornou-se possível conciliar um déficit comercial estrutural com

uma política claramente nacionalista, através de crescente endividamento externo junto aos bancos privados, alavancado pela expansão das exportações. Foi nesse período, na segunda metade dos anos 60, que o sistema financeiro internacional privado começou a voltar-se para oportunidades de investimento no Terceiro Mundo.

Com o intuito de reduzir a dependência para com os Estados Unidos e, simultaneamente, ampliar os horizontes de mercado de suas empresas, o governo militar coreano passou a estimular fortemente as exportações. Os *chaebol* passaram a investir tendo em vista mercados e padrões concorrentiais externos, deixando de se limitar ao pequeno mercado nacional.

Entre 1963 e 1986, a Coréia transformou-se, de uma das economias mais fechadas, em uma das mais abertas do mundo. Hoje, suas importações e exportações correspondem, cada uma, a cerca de 40% do PNB. A maior parte dos países apresenta coeficientes entre 10 e 25%. Apenas as economias primárias exportadoras ou as cidades-portos, como Cingapura e Hong-Kong, são mais abertas comercialmente.

Para tanto, os coreanos tiveram de mudar radicalmente sua pauta de exportações bem como sua estrutura industrial. Nos anos 60, a maior parte de suas vendas externas referia-se a bens de consumo não-duráveis, especialmente têxteis. Na década de 80, a situação já havia mudado inteiramente. Mais de 50% das exportações da Coréia eram compostas por produtos industrializados pesados, como aço, máquinas e equipamentos, produtos eletrônicos, automóveis etc.

Atualmente, cerca de 40% das vendas externas coreanas destinam-se aos Estados Unidos, o que deixa a Coréia muito vulnerável a pressões protecionistas e intervencionistas dos norte-americanos. Em contraste, é no Japão que os coreanos concentram suas importações de bens e de tecnologia, o que também lhes vem criando problemas, na medida em que os japoneses têm tentado frear a concorrência de produtos da Coréia no mercado dos Estados

Unidos e no próprio Japão, limitando aos coreanos, cada vez mais, o acesso a suas tecnologias de ponta.

No que se refere ao endividamento externo, os coreanos tiveram uma política muito semelhante à praticada pelos maiores países latino-americanos. Seus constantes déficits correntes foram financiados mediante crescente endividamento com os bancos privados internacionais. Durante o segundo choque do petróleo, em 1979, a necessidade de divisas foi de tal ordem que a dívida externa da Coréia dobrou, atingindo um montante de US\$ 45,1 bilhões. Era a quarta maior do mundo, só sendo superada pelas do Brasil, México e Argentina.

Mesmo assim, a Coréia não foi tão afetada quanto os grandes devedores latino-americanos pela crise financeira internacional. Há indícios de que os bancos norte-americanos também suspenderam novos créditos para a Coréia após 1983, à semelhança do que fizeram com o Brasil, México, Argentina etc. Entretanto, os coreanos tiveram, diferentemente dos demais, um apoio compensatório dos bancos japoneses, que substituíram os norte-americanos como principais financiadores do país.

Com a expectativa de crescentes superávits comerciais, a situação da dívida coreana tende a ser equacionada no futuro próximo. Nesse sentido, o governo da Coréia pretende utilizar a maior parte dessas divisas para, na próxima década, reduzir à metade seus débitos externos.

Finalmente, com relação ao padrão distributivo, a Coréia apresenta um dos melhores perfis em todo o mundo, particularmente entre os países do Terceiro Mundo. Os 40% mais pobres de sua população detêm 17% da renda nacional, contra apenas 7% no Brasil (ver Quadro 2).

Entre as razões que explicam essa diferença gritante está a desconcentração da propriedade da terra. A Coréia era, até há pouco tempo, um país predominantemente agrícola. A origem desse padrão está nas reformas do imediato pós-guerra, especialmente a profunda reforma agrária promovida pelo governo mi-

QUADRO 2

Distribuição da renda em países selecionados
(em percentual de renda nacional)

POPULAÇÃO	COREIA	BRASIL	MÉXICO	TAILÂNDIA	ESPAÑA
40% + pobres	16,9	7,0	9,9	15,2	19,4
20% + ricos	45,3	66,6	57,7	49,8	40,0

Fonte: Banco Mundial.

litar de ocupação norte-americano, a partir das terras que antes eram de propriedade dos japoneses.

Com o rápido crescimento da indústria e a transferência da população para as cidades, ocorreram momentos em que a renda urbana expandiu-se mais rapidamente do que a rural. Para evitar que esse efeito se acumulasse, o governo coreano lançou grandes programas de desenvolvimento agrícola em que educação, extensão rural e subsídios foram utilizados para aumentar a renda e a produtividade do campo.

Um outro fator que explica o padrão distributivo coreano é o fato de que, apesar da natureza autoritária do regime e das restrições ao direito de greve, os trabalhadores conseguiram obter ganhos substantivos em seus salários reais. Tais aumentos permitiram, inclusive, que as famílias coreanas acumulassem grandes depósitos de poupança com objetivos previdenciários ou como meio para adquirirem bens de consumo duráveis. Era um modo de compensar a debilidade dos sistemas de pensão e de seguro-saúde, ainda muito precários na Coréia.

Se a preocupação do governo foi pequena com relação aos esquemas de aposentadoria e de assistência à saúde, o mesmo não se deu com a educação. Foram muito bem-sucedidos os programas de erradicação do analfabetismo e de expansão do ensino em todos os níveis. Além disso, à medida que a renda crescia, as famílias também passaram a expandir seus gastos com o ensino de seus filhos. Tal atitude parece estar ligada, em parte, ao valor que a

tradição confuciana atribui à educação, considerada muito relevante no processo de ascensão social.

Outros fatores também poderiam ser citados. Entretanto, o mais importante é que a experiência coreana coloca definitivamente em xeque a ideia de que o crescimento econômico capitalista é baseado na chamada teoria do *bolo*, ou seja, "que é preciso primeiro concentrar a renda para depois poder distribuí-la". A renda coreana, que já era bem distribuída antes do processo de industrialização, tornou-se ainda melhor repartida nos anos 80, após 25 anos de rápido crescimento capitalista.

Conclusões

A Coréia é hoje considerada um caso de grande interesse para os que se preocupam com as questões do desenvolvimento econômico. Poucos países conseguiram combinar rápido crescimento com relativo equilíbrio externo, baixa inflação, elevação dos salários reais e boa distribuição de renda. Por esse motivo, o exemplo coreano cada vez mais vem sendo citado como a trajetória que deveria ser seguida por outras nações. Entretanto, será que a Coréia é uma experiência passível de ser emulada pelo Brasil?

Alguns aspectos das estratégias utilizadas pelo governo e pelas empresas coreanas são de grande interesse para o Brasil. Entretanto, de um ponto de vista mais global, existem, como busquei mostrar, diferenças cruciais na formação econômica dos dois países.

A economia e a sociedade brasileiras são muito mais complexas do que as coreanas. A nossa natureza continental, relevância dos segmentos primário-exportadores, a brutal desigualdade social e a enorme diversidade dos grupos de interesse desestimulam comparações simplistas.

No passado, a Coréia, para superar sua condição de subdesenvolvimento, foi obrigada a enfrentar situações muito mais adversas do que as nossas. Entretanto, a maior homogeneidade de sua sociedade permitiu que um projeto industrialista, uma vez hegemônico, tivesse condições de ser implementado e fosse bem-sucedido.

Tal aspecto leva à questão da natureza organizada dos capitalismos da Coréia e do Japão. Nesses países, as formas de cooperação desenvolvidas pelo Estado e pelas grandes empresas redundaram na potencialização do desenvolvimento das forças capitalistas de produção. Em lugar de inibir a competição entre os capitais – como propugna a ideologia liberal e, de certo modo, como corroboram algumas das experiências ocidentais –, a ação articulada entre governo e grandes conglomerados permitiu que a concorrência e, consequentemente, as decisões de investimento capitalistas pudessem ser levados ao limite. Para tanto, o Estado coordenou o processo de planejamento a longo prazo, abrindo horizontes e negociando estratégias; garantiu todas as necessidades de financiamento do investimento privado;

controlou o câmbio, suprindo, assim, as necessidades de divisas para a importação de bens e de tecnologias consideradas prioritárias; e bloqueou o acesso dos bens e do investimento direto estrangeiro a seu mercado nacional em rápido crescimento, restringindo a concorrência doméstica apenas aos capitais nacionais.

Nesse cenário, o Estado protegeu e orientou a ação de suas empresas mas concentrou seus esforços junto a um grupo reduzido e muito diversificado de conglomerados, dentro de uma política que claramente favoreceu a formação dos *chaebol*. Isso estimulou os capitais coreanos a trabalhar de forma mais sinérgica, combinando a ação comum de suas empresas tanto em termos financeiros quanto em termos de experiência empresarial.

Dificilmente podemos esperar a repetição dessas condições no Brasil. Diferentemente da Coréia, a economia brasileira já possui uma elevada participação de empresas internacionais. Além disso, a nossa tradição de ação comum entre Estado e empresas é de natureza mais conflituosa e cartorial, distante, portanto, do estilo asiático. Isso não impede que sejam buscadas novas formas de cooperação, especificamente voltadas para o longo prazo. O sucesso do modelo asiático de capitalismo organizado ou coordenado vem obrigando as empresas e os governos dos países industrializados a rever suas diretrizes e seus padrões de organização. Não há por que o Brasil também não se lance nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGHEVLY, B. *et alii*. 1985. "A case of successful adjustment Korea's experience during 1980-84". *Occasional Papers*, nº 39, Fundo Monetário Internacional.
- BANCO DA CORÉIA. 1988. *Economic statistics yearbook*.
- BANCO MUNDIAL. 1984. *Korea: development in a global context*.
- . 1987. *Korea's managing industrial transition*.
- BNDES. 1988. Coréia do Sul, *míaneo*.
- CORBO, V. e NAM, S. 1988. "Korea's macroeconomic prospects and policy issues for the next decades". *World Development*, janeiro.

- DORNBUSH, R. e PARK, Y.C.. "Korean growth policy". *Brookings Papers*.
- FAJNZYLBER, F. 1983. *La industrialización truncada*, Editorial Nueva Imagen, 1983.
- FRITSCH, W. e FRANCO, G. 1988. Foreign direct investment and patterns of industrialization and trade in developing economies. *Mimeo*.
- JONES, L. e SAKONG, I. 1980. *Government, business and enterprises in economic development: the Korean case*. Harvard, Harvard University Pres.
- KWACK, T. 1984. Industrial restructuring experience in Korea in the 1970's. *Korea Development Institute, mimeo*.
- RODRIGUEZ, O. 1980. *La teoria del subdesarrollo de la Cepal*. Siglo XXI.
- SANTOS FB, e FERREIRA Jr., H. 1986. "Coréia do Sul e Taiwan: aspectos histórico-estruturais e política industrial". Instituto de Economia/Unicamp, *mimeo*.
- TORRES, E. 1983. "O mito do sucesso: uma análise da economia japonesa no pós-guerra (1945-1973)". *Textos para Discussão*, nº 37.
- . 1988. "Reestruturação industrial e política industrial no Japão pós-1973", *Anais da Anpec*.
- WADE R. 1985. The role of government in overcomes market failure: Taiwan, South Korea and Japan. *World Bank, Mimeo*.
- WESTPHAL, L. et alii. 1981. "Korean industrial competence: where it came from", *World Bank Staff Working Papers*, nº 469.
- YOUNG, S. 1986. "Import liberalization and industrial adjustment in Korea". *Korea Development Institute, mimeo*.
- YUSUF, S. e PETERS, R. 1985. "Capital accumulation and economic growth: the Korean paradigm". *World Bank Staff Working Papers*, nº 712.

SUMMARY

South Korea: a model of organized capitalism

In the 1980s, the more advanced western nations began to take notice of southeastern Asia, where new forms of capitalist organization had developed which represented an historical challenge for Europe and the US.

Asian superiority rests not so much on its low salaries or mercantilistic practices, but on the rise of a new model of capitalism in which competition is sharpened by coordinated action between the state and business, between companies which belong to large conglomerates, and at the factory level, between labor and management.

This "coordinated and organized capitalism" has in Japan its most advanced example. However, other

countries such as South Korea are, in their own way, following the same lead.

From the viewpoint of recent Brazilian experience, the Korean case serves as an interesting counterpoint. It is a country which, like Brazil, sought industrialization as a means of establishing a national project, which under State leadership would bring about a definitive break with its dependent, economically stagnant and impoverished past. Although given these similarities, the structural and historical conditions, as well as the "timing" of the Koreans were very different from those which prevailed in Brazil.

Thus, the objective of the present article is to analyze certain aspects of the Korean experience which allow a better look at Brazilian reality, including its future prospectives.

RÉSUMÉ

La Corée du Sud: un modèle de capitalisme organisé

Pendant les années 80, les pays occidentaux les plus avancés commencèrent à s'apercevoir que dans le sud-est asiatique avaient été engendrées de nouvelles formes d'organisation capitaliste qui constituaient un grand défi historique pour les européens et pour les Etats-Unis.

La supériorité asiatique ne réside pas tant dans les bas salaires ou dans les pratiques mercantilistes que dans le surgissement d'un nouveau modèle de capitalisme où la concurrence voit son potentiel accru par l'effet d'actions coordonnées entre l'état et les entreprises, entre les entreprises appartenant à de grands conglomérats et, au niveau des unités de production, entre travailleurs et gérants.

Ce "capitalisme organisé ou coordonné" trouve au Japon son expression la meilleure et la plus avan-

cée. D'autres pays, toutefois, comme la Corée du Sud, cherchent aussi à leur manière à suivre le même chemin.

Le cas coréen constitue un contrepoint intéressant à l'expérience brésilienne récente. Ce pays, tout comme le Brésil, a visé, par l'industrialisation, à mettre en place un projet national dont le but était, sous l'égide de l'état, de rompre définitivement avec un passé de dépendance, de stagnation économique et de pauvreté. Malgré cela, les conditions structurelles et historiques ainsi que le *timing* des coréens se sont révélés très différents de ceux des brésiliens.

Face à ceci, l'objectif de cet article est d'analyser quelques aspects de l'expérience coréenne pouvant aider à mieux réfléchir sur la réalité brésilienne, y compris d'un point de vue prospectif.